

Brasília/DF, 18 de dezembro 2015.

OFÍCIO GSVGRA Nº 132/2015.

Excelentíssimo Senhor

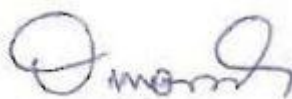
Senador Renan Calheiros

Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho-lhe relatório de viagem em missão oficial para Paris/França, conforme Requerimento aprovado nº 1.241/2015, para participar da COP 21.

Cordialmente,



Senadora Vanessa Grazziotin



SF/15645.00979-19

Viagem Missão oficial Paris/França – COP 21.
Conferência das Partes- COP 21 – Paris, 30 nov. a 11dezembro 2015.
Relatório



SF/15645.00979-19

Período: de 03 a 11 de dezembro 2015.

Comitiva CMMC:

SENADORES

1. Vanessa Grazziotin
2. Fernando Bezerra Coelho
1. Donizeti Nogueira
2. Jorge Viana
3. Gladson Cameli
4. Roberto Rocha

DEPUTADOS

1. Daniel Vilela
2. Ricardo Tripoli
3. Sarney Filho Sergio Souza
4. Eros Biondini

5. **Objetivo:** participar da COP 21 como um todo , das reuniões da Globe International, da União interparlamentar e demais atividades organizadas pela Bancada do Brasil em Paris, conforme relatório apresentado pela CMMM- Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

6. **Atividades Desenvolvidas:**

- Atividades organizadas pela Bancada da CMMC – Comissão Mista de Mudanças Climáticas, conforme relatório anexo.

Dia 04 e 05 de dezembro

- Participação nas Reuniões da Globe International, da qual sou a Presidente da Globe no Brasil. - Organizada pela Assembleia Nacional, o parlamento nacional da França, e apoiada pela GLOBE França em colaboração com o secretariado da GLOBE International. Com o seguinte tema; “ O desafio de Paris e da Agenda 2030, para um mundo próspero e sustentável”.

Dia 05 e 06 de dezembro

- Participação nas reuniões da União Interparlamentar, organizado em conjunto com o Parlamento Francês. A reunião parlamentar ocorreu nos dias **5, 6 e 8 de dezembro**, paralelamente aos eventos da COP21 e foi organizada pela União Interparlamentar em parceria com o Congresso francês. Representantes de mais de 90 países marcaram presença.

- A delegação brasileira foi composta pelos deputados **Maurício Quintella Lessa** (PR/AL), presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, **Hugo Motta** (PMDB/PB), **Rodrigo Maia** (DEM/RJ), **Fernando Monteiro** (PP/PE) e **Jorge Tadeu Mudalen** (DEM/SP) e também pelos senadores **Ciro Nogueira** (PP/PI), **Gladson Cameli** (PP/AC), **Lindbergh Farias** (PT/RJ) e **Vanessa Grazziotin** (PCdoB/AM).

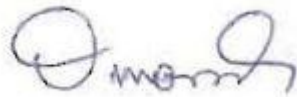
Reuniões bilaterais.

Todos os dias aconteceram diversas reuniões no Parque de exposições Lebourget, com a participação de 195 países.

Dia 11 de dezembro.

Retorno ao Brasil.

Brasília/DF, 17 de dezembro de 2015.



Senadora Vanessa Grazziotin



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

Criada pela Resolução nº 4, de 2008-CN

CONFERÊNCIA DAS PARTES – COP 21 –

RELATÓRIO

Paris, 30 Nov. – 11. Dez

**PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO SARNEY FILHO
RELATOR: DEPUTADO SERGIO SOUZA**

**Brasília
2015**

1. A CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP) – 21 e a iNDC brasileira

A COP 21 – 21ª Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) e a 11ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto (CMP-11) - foi realizada entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro, em Paris, França (no parque de exposições Le Bourget). Ao reunir 195 países, pode ser considerada uma das “Conferências do Clima” mais importantes e influentes para o futuro do desenvolvimento dos países envolvidos e da governança global ambiental, pois seu objetivo é o de limitar o aquecimento global até o ano de 2100.

A partir do 5º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), há inequívoca certeza científica de que o aquecimento do sistema climático decorre diretamente da influência humana. As temperaturas médias globais da superfície terrestre e oceânica aumentaram em 0,85°C, entre 1880 e 2012; a neve e o gelo têm diminuído; o nível do mar subiu; e as mudanças climáticas devem ter impactos generalizados sobre os sistemas naturais e humanos, além de causar migrações em massa.

Na COP 20, em Lima, estabeleceu-se como uma das bases do novo acordo os compromissos nacionais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), que deveriam ser apresentados ao Secretariado da Convenção até 1º de outubro de 2015. Além disso, a vigência do Protocolo de Quioto foi renovada até 2020 e o objetivo auspicioso da COP 21 é aprovar o novo acordo que substituirá o Protocolo de Quioto a partir de 2020.

O acordo deverá ser universal e vinculante, com o objetivo de limitar o aquecimento global e impulsionar e acelerar a transição da sociedade para uma economia de baixo carbono. Com a entrada em vigor a partir de 2020, deverá tratar de compromissos de mitigação, adaptação, e buscará encontrar um equilíbrio entre as necessidades e capacidades de cada país. Um dos pontos sensíveis é o financiamento, pelos países desenvolvidos, quanto a mobilizar 100 bilhões de dólares, a partir de 2020, para constituir um Fundo Verde para o Clima, para auxiliar os países em desenvolvimento a alcançar suas metas.

O Governo Brasileiro apresentou tempestivamente ao Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) sua pretendida ***Contribuição Nacionalmente Determinada*** (*intended Nationally Determined Contribution – iNDC*). Segundo a proposta¹, *nesta pretendida contribuição pressupõe-se a adoção de um instrumento universal, juridicamente vinculante, que respeite plenamente os princípios e dispositivos da UNFCCC, em particular o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades.*

A iNDC brasileira inclui medidas de mitigação, adaptação e meios de implementação e seu escopo está diretamente relacionado com as diretrizes, objetivos e princípios da legislação que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) - Lei nº 12.187, de 29 de

¹Disponível em: < http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/BRASIL-iNDC-portugues.pdf>
Acesso em 26 de outubro de 2015.

dezembro de 2009, a proteção da vegetação nativa (Lei nº 12.651, 25 de maio de 2012) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000).

A iNDC brasileira reafirmou a posição de liderança e destaque do Brasil na condução das negociações do futuro acordo global, cujo objetivo é evitar que o aquecimento global ultrapasse 2° C neste século. Isso porque o Brasil foi o único país em desenvolvimento a apresentar uma meta absoluta de mitigação, a de reduzir em 43% as emissões de GEE até o ano de 2030 e, de forma escalonada, a redução de 37% até 2025, com base nas emissões do ano de 2005.

O destaque decorreu da apresentação de propostas setoriais que, certamente, são imprescindíveis ao desenvolvimento nacional sustentável e ambiciosas se comparadas às metas dos países que iniciaram há mais tempo o processo de industrialização, responsáveis, conjuntamente, por mais de 60% das emissões mundiais.

Além disso, as ações de adaptação são fundamentais para enfrentar as mudanças do clima e seus efeitos. O Plano Nacional de Adaptação, em fase final de elaboração, certamente contribuirá para garantir o direito à cidade sustentável e promover a equidade socioambiental às populações vulneráveis a riscos e calamidades decorrentes dos efeitos climáticos.

A proposta nacional, por certo, busca encontrar soluções, e esse é um de seus méritos. Segundo o documento “Informação Adicional

sobre a iNDC apenas para fins de esclarecimento”, o Brasil envidará esforços para uma transição para sistemas de energia baseados em fontes renováveis e descarbonização da economia mundial até o final do século, no contexto do desenvolvimento sustentável e do acesso aos meios financeiros e tecnológicos necessários para essa transição.

No setor de uso do solo e florestas, apesar de já termos avançado, desde 2005, na redução do desmatamento e, conseqüentemente, na redução das emissões, a meta vai além da redução do desmate ilegal, passando a incorporar a restauração florestal. Propõe-se o desmatamento ilegal zero na Amazônia até 2030, a recuperação de 12 milhões de hectares de florestas e 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, além do aumento em 5 milhões de hectares da área de integração lavoura, pecuária e floresta.

No setor de energia, a iNDC objetiva alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na matriz energética em 2030, incluindo: i) expansão do uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, na matriz total de energia para uma participação de 28% a 33%, até 2030; ii) expandir o uso doméstico de fontes de energia não fóssil, aumentando a parcela de energias renováveis (além da energia hídrica) no fornecimento de energia elétrica para ao menos 23% até 2030, inclusive pelo

aumento da participação de eólica, biomassa e solar; e iii) alcançar 10% de ganhos de eficiência no setor elétrico até 2030.²

O Brasil pretende adotar medidas adicionais que são consistentes com a meta de temperatura de 2°C, em particular: i) aumentar a participação de bioenergia sustentável na matriz energética brasileira para aproximadamente 18% até 2030, expandindo o consumo de biocombustíveis, aumentando a oferta de etanol, inclusive por meio do aumento da parcela de biocombustíveis avançados (segunda geração), e aumentando a parcela de biodiesel na mistura do diesel; ii) no setor florestal e de mudança do uso da terra: - fortalecer o cumprimento do Código Florestal, em âmbito federal, estadual e municipal; - fortalecer políticas e medidas com vistas a alcançar, na Amazônia brasileira, o desmatamento ilegal zero até 2030 e a compensação das emissões de gases de efeito de estufa provenientes da supressão legal da vegetação até 2030; ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas, por meio de sistemas de georreferenciamento e rastreabilidade aplicáveis ao manejo de florestas nativas, com vistas a desestimular práticas ilegais e insustentáveis.

Além disso, o Brasil também pretende: iv) no setor agrícola, fortalecer o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) como a principal estratégia para o desenvolvimento sustentável na agricultura; v) no setor industrial, promover novos padrões de tecnologias

² Conforme p. 3 e 4 da Proposta do Brasil. Disponível em:

http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/BRASIL-iNDC-portugues.pdf Acesso em 27/10/2015

limpas e ampliar medidas de eficiência energética e de infraestrutura de baixo carbono; vi) no setor de transportes, promover medidas de eficiência, melhorias na infraestrutura de transportes e no transporte público em áreas urbanas. O Brasil reconhece a importância do engajamento de governos locais e de seus esforços no combate à mudança do clima.

Indubitável, portanto, a necessidade de debate na COP 21 os programas e ações necessários com vistas a empreender esforços para, de forma responsável e sustentável, possibilitar o alcance das metas nacionais e viabilizar o desenvolvimento econômico e social e viabilizar segurança energética e proteção ambiental.

Importante mencionar que em audiência pública realizada na CMMC, o Presidente desta Comissão, em razão dos inúmeros debates que ocorreram no decorrer de 2015 propôs metas mais audaciosas no setor de energia, encaminhando-os ao Ministro de Minas e Energia (MME), Eduardo Braga, que participou de audiência pública sobre o tema. De fato, o País tem potencial para, no setor energético, apresentar uma participação maior de fontes alternativas, especialmente a solar.

Assim, conforme Plano de Trabalho, a CMMC participou da 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Paris, França. A Comissão foi representada na Conferência pelos seguintes membros: Senador Fernando Bezerra Coelho (Presidente), Deputado José Sarney Filho (Vice-Presidente), Deputado Sergio Sousa (Relator), Senadores Donizeti Nogueira,

Vanessa Grazziotin, Jorge Viana e Roberto Rocha e Deputados Eros Biondini, Daniel Vilela e Ricardo Tripoli.

2. A PARTICIPAÇÃO DA CMMC NA COP 21

A participação de membros da CMMC junto à COP 21 foi essencial para que os parlamentares participassem das discussões com pertinência temáticas aos assuntos tratados pela comissão, bem como para reforçar a importância do Poder Legislativo nas ações futuras de implementação do acordo.

Na sequência, apresentaremos o conteúdo dos principais eventos e debates dos quais participou o Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra Coelho, no período em que esteve presente na COP 21, de acordo com a agenda proposta e encaminhada à delegação da CMMC. Os eventos ocorreram na Assembleia Nacional da França, no Centro de Exposições Le Bourget (COP 21) e na Embaixada do Brasil em Paris. Importa frisar que a programação inicial sofreu pequenas alterações.

2.1. “CÚPULA DE LEGISLADORES DA GLOBE – COP 21” – ASSEMBLEIA NACIONAL DA FRANÇA

Durante os dias 4 e 5 de dezembro de 2015, na Assembleia Nacional da França, ocorreu a Cúpula dos Legisladores da GLOBE (The Global Legislators Organisation). Com a presença de mais de 200



parlamentares de 67 parlamentos, os debates voltaram-se aos desafios de Paris e da Agenda Pós-2015.

Notadamente, a COP 21 ocorre em um ano histórico de tomadas de decisões a respeito do desenvolvimento sustentável e seu futuro, com uma sucessiva agenda de compromissos das Nações Unidas (ONU) em 2015, a exemplo das agendas globais futuras sobre a redução de riscos de desastres (Sendai, Japão, em março); o financiamento para o desenvolvimento (Addis Abeba, Etiópia, em julho); a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da ONU (Nova Iorque, EUA, em setembro), além da COP 21 em Paris.

Na Assembleia Nacional francesa, os debates voltaram-se ao envolvimento e proeminente responsabilidade dos legisladores nacionais na implementação futura dos objetivos acordados, seja ao aprovar novos marcos normativos nacionais ou nas ações de monitoramento dos governos.

Além disso, cientes da seriedade das mudanças climáticas e suas implicações no aquecimento global e nos diversos ecossistemas (humano, animal e vegetal), bem como na necessidade de um acordo ambicioso, universal e preciso, que não autorize retrocessos e voltado a uma visão a longo prazo, combinado com compromissos objetivos e transparentes, incluindo procedimentos de monitoramento e de revisão científica periódicos, reforçou-se a posição dos atores envolvidos por meio de ações e parcerias e de toda participação que contribua com a mitigação dos impactos das mudanças climáticas e o aumento da resiliência global. Destacou-se, inclusive, o papel decisivo do Poder Judiciário nesta agenda,



como um mecanismo de empoderamento público e de efetiva implementação das leis sobre o clima. Pela primeira vez, a GLOBE ofereceu a oportunidade de diálogo entre os legisladores e membros do Poder Judiciário sobre como assegurar a implementação efetiva dos resultados da COP 21.

Destacando a presença de mais de dez senadores norte-americanos, o Senador Ed Markey, Presidente da *Clearinghouse* (câmara de compensação) de mudanças climáticas do Senado dos Estados Unidos, salientou que a população americana apoia o acordo e que “juntos, nós temos que dar força à legislação doméstica e instrumentos para viabilizá-lo”. Em sua fala, o Senador norte-americano apresentou, com otimismo, o rápido desenvolvimento, nos últimos dez anos, de tecnologias no uso da energia solar e como a tecnologia se aprimorará nos próximos anos.

Na sessão sobre avanços legislativos nacionais sobre mudanças climáticas, o Senador Jorge Viana apresentou dados sobre programas e legislação brasileira. Outra exposição de destaque, no painel intitulado “Mudanças Climáticas: legislar e julgar para o futuro”, no dia 4 de dezembro, foi a do Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antonio Herman Benjamin, que contextualizou o importante papel do Judiciário no tema das mudanças climáticas. Afirmou o Ministro que o papel do juiz é “também dar um retorno para o legislativo acerca das leis produzidas e efetivá-las”. Alertou, no entanto, quanto ao necessário aprimoramento tanto do acesso à justiça quanto do diálogo entre parlamentares e judiciário.

Françoise Nési, magistrada da Corte de Cassação da França, tratou da interface das mudanças climáticas com outros temas ambientais e

direitos fundamentais. Especificamente, da dificuldade de aplicação da legislação ambiental e sua integração com outros ramos jurídicos. “O juiz possui esta dificuldade em aplicar a norma com outros direitos fundamentais, liberdades de empresas”, afirmou. Sugeriu uma maior troca de experiências internacionais entre os membros do Judiciário.

No dia 5 de dezembro, o Presidente da Assembleia Nacional da França, Deputado Claude Bartolone, realizou a abertura dos trabalhos. A temática nas sessões deste dia tratou do dinamismo das cidades e regiões e as ações parlamentares, bem como a discussão sobre uma agenda de oportunidades para a colaboração entre legisladores rumo a uma nova economia do clima.

A Dra. Naoko Ishii, CEO e Presidente do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (*Global Environmental Fund* - GEF), tratou da importância em se discutir investimentos para ações imediatas nas cidades nas questões ambientais, especificamente o desenvolvimento local e o necessário acesso a bens a nível mundial. Além disso, ressaltou o papel do setor de transportes na redução das emissões de GEE. No âmbito das licitações, explanou a importância em integrar setores nos projetos: transporte, energia, saneamento. Por fim, informou acerca da elaboração de um programa para cidades sustentáveis, por meio de uma plataforma de conhecimentos para intercâmbio de experiências e conhecimentos entre as municipalidades.

A Ministra de Meio Ambiente da Nigéria, Sra. Amina J. Mohammed, mencionou aspectos estratégicos para a transição da economia

voltada ao baixo carbono, incluindo a análise do potencial e as parcerias para cada realidade local.

Como resultado da Cúpula da GLOBE, os parlamentares assinaram uma declaração conjunta cujos principais comprometimentos são: i) assegurar consistência na legislação nacional e nas políticas climáticas, bem como outros objetivos sociais, como acesso à energia, igualdade de gênero e financiamento para o desenvolvimento; ii) assegurar que todas as medidas sejam implementadas em plano nacional para implementar o Acordo de Paris, por meio de aprimoramento da legislação doméstica e do fortalecimento do diálogo com outros atores chave; iii) rever as iNDCs ou políticas climáticas para assegurar a ambição do acordo, seguindo as diretrizes da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável; iv) acelerar a ratificação do Acordo de Doha estabelecendo um segundo período de compromissos para o Protocolo de Quioto e alcançando a ratificação do Acordo de Paris até o fim de Junho de 2017; v) aumentar a efetiva participação na implementação da legislação nacional sobre o clima, assegurando transparência e controle em ações que tratem das mudanças climáticas.

2.2. SESSÕES NA COP 21 – LE BOURGET, PARIS



O evento COP 21 foi marcado por uma programação significativa de mesas redondas, palestras, painéis e exposições paralelas às negociações entre os países. A programação da CMMC priorizou aqueles voltados à temática da energia renovável e da eficiência energética, em razão de serem assuntos de destaque nas audiências públicas realizadas pela comissão em 2015.

O setor energético - e as metas voltadas ao aumento da participação das energias renováveis nas matrizes energéticas nacionais - são componentes fundamentais para o desenvolvimento. Em muitos países, até os dias de hoje milhões de pessoas ainda não têm acesso a energia elétrica, energia para cozinhar, iluminar suas casas, aquecer o ambiente ou utilizar tecnologia de informação e de comunicação. A falta de acesso à energia gera um impacto significativo na qualidade de vida das comunidades, na sua da população, além de afetar as oportunidades de educação e de sustento, influenciando o desenvolvimento econômico dos países.

O acesso à energia é, portanto, um dos objetivos do desenvolvimento do Milênio da ONU. Por tal razão, a demanda por energia mundial deve aumentar substancialmente. Segundo a Agência Internacional de Energia, o consumo energético deve crescer cerca de 40% até o ano de 2035, em especial nos países com crescimento industrial recente.

Por consequência, a demanda energética não poderá se sustentar apenas com o consumo de combustíveis fósseis. Além da discussão e incerteza quanto ao esgotamento desse combustível não renovável (e

finito), trata-se de um combustível responsável pelos efeitos adversos das emissões de GEE.

Os debates das sessões na COP, dessa maneira, voltaram-se à importância das energias renováveis sob dois aspectos: i) trata-se de uma energia disponível em quantidades quase ilimitadas; e ii) permitem o amplo acesso e disponibilidade energética evitando impactos e danos ao meio ambiente e ao clima. Juntamente com o tema do incremento de percentual de energia renovável nas matrizes energéticas dos países, discutiu-se, igualmente, a importância em impulsionar eficiência energética como contribuição crucial à redução das emissões de GEE. Concluiu-se em vários painéis que o potencial em “armazenar “ energia, especialmente em países em desenvolvimento, é de suma importância.

Entretanto, a transição de uma matriz energética baseada em combustíveis fósseis ou no carvão para uma matriz limpa não ocorrerá rapidamente e todos os expositores concordam sobre esse ponto. São necessárias, então, políticas públicas, incentivos, investimentos em energia renovável (eólica, solar, hídrica, biomassa) para promover o desenvolvimento sustentável energético.

A delegação da CMMC participou, sobre o tema de energia, no dia 7 de dezembro, de três painéis: (i) "Eficiência energética, energia renovável e projetos de investimento", (ii) "Tecnologias integradas 100% renováveis: estudos de caso em nível local, nacional e regional. " e (iii) "Energia sustentável para todos: unindo mudança climática e desenvolvimento ".

O primeiro painel teve como foco a discussão sobre os projetos de investimentos voltados à implementação da energia renovável. Destacamos a palestra do CEO da *Energy Nest*, Christian Teil, cuja empresa trabalha com projetos de eficiência energética, por meio de uma tecnologia de armazenamento de energia. Essa empresa, de apenas 5 anos, apresentou uma solução tecnológica interessante para diminuir a perda de energia e a queima de carbono. Para o CEO, a energia renovável deve ser tratada como “irmã gêmea” de armazenamento de energia. Nesse painel, discutiu-se a importância de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, voltados à mobilização da comunidade científica e da indústria.

No segundo painel, a temática "Tecnologias integradas 100% renováveis: estudos de caso em nível local, nacional e regional", debatida pela *International Solar Energy Society* (ISES), *International Hydropower Association* (IHA), *World Bioenergy Association* (WBA) e *World Wind Energy Association* (WWEA), retratou a potência mundial do crescimento da energia solar, eólica, e de fonte hidráulica. A preocupação centra-se em construir corredores de energias e tornar os sistemas resilientes e seguros.

Para os expositores, os tomadores de decisão devem se ater às energias renováveis, além da atenção voltada à realidade de potencial de cada país. Os tomadores de decisão devem providenciar a informação para potencializar o investimento e se ater às alianças regionais entre países e até mesmo além dos continentes.

À tarde, o painel “Energia sustentável para todos: unindo mudança climática e desenvolvimento”, organizado por *United Nations*

Foundation (UNF), *Climate and Health Limited* e *HELIO International* (HELIO) voltou-se às questões sociais, de gênero e econômicas. Destacou-se a relação existente, sobretudo nos países da África, entre as desigualdades de gênero e os problemas das mudanças climáticas derivadas do uso de fogões caseiros, que causam 70% dos acidentes envolvendo queimados. A falta de energia em comunidades rurais, bem como as más condições de infraestrutura doméstica impactam não apenas a vida das mulheres, mas também a saúde pública e afetam as mudanças climáticas, pois 25% das emissões de uso do carvão provêm do uso de cozinha. Foram apresentadas soluções para estimular o uso e a difusão dos fogões limpos e dos sistemas de eletricidade.

Além da temática da energia, a CMMC participou da sessão no dia 8 de dezembro, de um painel que envolveu atores brasileiros intitulada "Liderança em desenvolvimento rural de baixo carbono na Amazônia: governos, sociedade civil e cadeias de apoio ", organizado por *Environmental Defense Fund* (EDF), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Instituto Centro de Vida (ICV) e com palestra da ex-Ministra do Meio Ambiente e ex-Senadora da República Marina Silva.

Às 18h30 do dia 8 de dezembro, ocorreu a reunião de coordenação com a Delegação do Brasil, com a Ministra de Meio Ambiente Izabella Teixeira, para atualizar a delegação acerca do andamento das negociações do acordo.



No dia 9 de dezembro, à tarde, a comissão de parlamentares do Parlamento Europeu reuniu-se com a delegação da CMMC para uma reunião, na sala do Parlamento Europeu, em Le Bourget, com a finalidade de trocar informações sobre as metas nacionais e o posicionamento do Brasil quanto ao acordo vinculante, bem como alinhamento de posições às vésperas do fechamento do acordo.

Nessa reunião, os parlamentares europeus realizaram muitas perguntas sobre como o Brasil implementará suas metas, principalmente aquelas voltadas à restauração florestal e ao desmatamento zero, se houver crescimento da produção agrícola. Os Senadores Fernando Bezerra, Donizeti Nogueira, Vanessa Grazziotin e o Deputado Sarney Filho fizeram uso da palavra para explicar os compromissos do Brasil, bem como a revolução tecnológica no campo da agricultura que permite maior eficiência da produção e utilização de áreas já degradadas. Assim, não haverá demanda por áreas de florestas nativas para os plantios futuros. Os parlamentares também trouxeram informações sobre a implementação do Código Florestal e de um de seus principais instrumentos, o Cadastro Ambiental Rural.



No dia 10 de dezembro, comemorou-se o “Dia dos Direitos Humanos” com várias palestras e debates sobre a interface da proteção dos direitos humanos e a agenda de mudanças climáticas. A vulnerabilidade de comunidades em relação aos efeitos das alterações climáticas e a violação de direitos humanos é um dos temas que devem ser inseridos no acordo, segundo os palestrantes do painel “Mobilidade Humana e Mudanças Climáticas”, coordenado pela Organização Internacional para a Migração (IOM). Hoje, a cada segundo, há um novo refugiado climático. Trata-se de um assunto de extrema importância, e medidas preventivas devem ser tomadas, além de um engajamento maior quanto à construção de padrões de proteção e ao desafio de tornar as comunidades mais resilientes. Definitivamente, a questão ambiental é também social e econômica, e o mundo parece ter se conscientizado disso.

No dia 11 de dezembro, das 10h00 às 11h00, ocorreu na sala da Delegação Alemã a reunião entre os parlamentares do Brasil e Alemanha. Presentes os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Donizeti Nogueira e o Deputado Sarney Filho, com membros da Comissão de Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Edificações e Segurança Nuclear do Parlamento Alemão, a convite da Presidente da Comissão, Sra. Bärbel Höhn. Os temas debatidos foram: proteção de florestas tropicais em geral e reforma da legislação sobre florestas no Brasil (reforma do Código Florestal); plantio de organismos geneticamente modificados, aumento de produtividade agrícola e desmatamento, e energia.

2.3. EVENTOS NA EMBAIXADA DO BRASIL NA FRANÇA

Além da programação em Le Bourget, a Embaixada do Brasil sediou importantes discussões a respeito da iNDC brasileira e sua implementação, organizados pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA), possibilitando ainda o encontro entre parlamentares. Iremos, em síntese, tratar dos eventos com participação da CMMC.

I. Reunião da CMMC com Embaixador do Brasil na França

No dia 8 de dezembro, pela manhã, o Embaixador do Brasil em Paris, Sr. Paulo Cesar de Oliveira Campos, recebeu os parlamentares brasileiros para uma reunião sobre o andamento das negociações do futuro acordo. O Senhor Embaixador explanou que, embora não seja um dos negociadores na COP, tem ciência do importante papel da diplomacia brasileira no futuro acordo. A Ministra de Meio Ambiente do Brasil, Izabella Teixeira, foi designada pelo Presidente da COP, Laurent Fabius, como uma das “facilitadoras” das negociações, ou seja, com a desafiadora tarefa de viabilizar acordos pontuais entre delegações durante as negociações.

Os parlamentares, na reunião, primeiramente parabenizaram a Embaixada pelo alto nível dos eventos realizados em seu espaço e pela receptividade e hospitalidade recebidos. Discutiram, também, a responsabilidade em implementar a INDC nacional. O Deputado Sarney Filho e o Senador Jorge Viana informaram que mesmo antes do acordo ser assinado, propuseram projetos de lei para alterar a PNMC a fim de acrescentar as metas brasileiras de redução de emissões para os períodos posteriores a 2020. Tratam-se do Projeto de Lei da Câmara (PL) nº 3308, de 2015 e do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 750, de 2015.

Houve o comprometimento da CMMC e dos parlamentares presentes em acompanhar a tramitação desses projetos, bem como impulsionar, em suas respectivas Casas, o debate sobre a importância em sua aprovação.

Ainda na reunião, registrou-se ao Exmo. Embaixador observações quanto ao espaço do Brasil no Centro de Exposições da COP. Anotou-se que a importância do Brasil nas negociações e a liderança na apresentação de metas para um iNDC ambicioso não correspondiam a uma sala pequena, sem um auditório e com pouca divulgação dos programas ambientais nacionais.

II. Reunião da CMMC com o Ministério de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Energia da França

No mesmo dia 8 de dezembro, no período vespertino, o Presidente da CMMC, Senador Fernando Bezerra Coelho, participou de uma reunião com o Sr. Mario Pain, Diretor Adjunto de Energia da Diretoria Geral de Energia e Clima do Ministério de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Energia da França.

O assunto tratado nesta reunião foi a energia nuclear na França: impactos ambientais, resíduos nucleares e planejamento. O Sr. Pain ressaltou que 75% da matriz elétrica francesa é de origem nuclear, havendo importação e exportação dessa energia na França, que possui 58 reatores em 22 usinas nucleares. O programa energético nuclear francês desenvolveu-se entre os anos de 1979 e 1997, com a construção da totalidade das plantas,

sob a promoção do Poder Executivo e com participação da sociedade em processos de consultas públicas não vinculantes. A energia nuclear não é classificada como não renovável, entretanto é considerada como limpa, pois não emite gases de efeito estufa e a França possui tecnologia avançada e é um país modelo neste assunto.

O Senador Fernando Bezerra Coelho expôs que o Brasil deve discutir essa temática nos próximos anos, pois haverá demanda por energia e necessidade de implementar fontes de matrizes intermitentes. Com a maior participação das fontes renováveis intermitentes, o País terá de adicionar capacidade flexível que possa ajudar a atender a demanda de pico assim como entrar em operação quando as fontes intermitentes não estiverem gerando. Nesse sentido, a energia nuclear é uma solução de baixo carbono importante em um processo de transformação para uma matriz com maior intermitência em sua geração e com perfil de carga mais variável.

III. Experiência de inclusão social dos catadores de papel no Brasil

Aos 9 de dezembro, pela manhã, o MMA organizou a mesa-redonda sobre a experiência de inclusão social dos catadores de papel no Brasil. Sob a presidência de mesa do Exmo. Embaixador do Paulo C. De Oliveira Campos, o debate sobre a temática da importância da reciclagem no combate aos efeitos adversos das mudanças climáticas teve como expositores (i) Dr. Carlos Rittl, Secretário-Executivo do Observatório do Clima, que salientou a importância dos resíduos sólidos como tema transversal às mudanças climáticas; (ii) do Sr. Victor Bicca Neto, Presidente

da CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem), que tratou da importância do recente Acordo Setorial de Embalagens, que promove a economia verde, eis que se toda a política nacional de resíduos fosse implementada, haveria uma redução de 70% de gasto energético e contribuição para a não geração de emissões; (iii) do Sr. Paulo Pompilho, do Grupo Pão de Açúcar; e (iv) do Sr. Severino Lima Junior, do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, que tratou da importância dos catadores na reciclagem no Brasil, do projeto com resultados positivos na COPA de 2014, e do objetivo em transformar o papel dos catadores em um trabalho que viabiliza a mitigação da emissão de gases do efeito estufa.

2.4. FÓRUM BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Aos 10 de dezembro, no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, a Ministra de Meio Ambiente, Izabella Teixeira, apresentou informações atualizadas sobre o andamento das negociações do acordo final.

Faltando pouco menos de 48 horas para o fechamento do acordo, a Ministra informou na reunião estar otimista em relação aos resultados de Paris, pois, em uma linguagem política, “o acordo existe e será robusto”. O que falta é traduzi-lo para uma linguagem que acomode, diplomaticamente, as posições dos países.

Os negociadores iriam dar início à segunda noite de trabalho para a redação final do acordo, que tende a manter a meta de alcançar a

redução de 2º C até 2100. A novidade diz respeito à previsão de uma meta de 1,5º C.

Outro ponto importante do Fórum foi o debate acerca de uma agenda de preparação de implementação das metas nacionais. Isso significa a promoção de ações entre os poderes legislativo, executivo, sociedade civil e empresas, além de outros atores envolvidos. Uma nova governança nesta temática das mudanças climáticas implica em, primeiramente, compreender os novos elementos que farão parte da nossa Política Nacional de Mudança do Clima, instituída pela Lei nº 12.187, de 2009, e que deverá ser revista pelo Congresso Nacional.

O governo federal possui a importante tarefa, por meio do Ministério de Meio Ambiente, de prestar apoio a governos estaduais e municipais para que haja uma ação coordenada e conjunta de políticas públicas em busca dos objetivos almejados nas pretensões nacionais. O sucesso desta COP não se completa com um acordo vinculante e promissor, mas com a tarefa de casa de cada país em sua implementação.

2.5. REUNIÃO DA CMMC NA COP 21

No último dia da COP, aos 11 de dezembro, das 11 às 12h30, em Le Bourget, ocorreu a reunião aberta da CMMC para debater o andamento das negociações, com a exposição do ex-Deputado Federal

Alfredo Sirkis. Estavam presentes os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Donizeti Nogueira e os Deputados Sarney Filho e Evandro Gussi.

Com ampla participação da delegação brasileira, o Sr. Alfredo Sirkis realizou uma exposição sobre o andamento das negociações da COP e a importância dos mecanismos financeiros para o alcance dos resultados almejados com Convenção. Contextualizou os debates desde a COP de Copenhague.

A respeito dos temas polêmicos do acordo, informou que o objetivo de não aquecer o Planeta em 1,5º C em vez de 2º C instalou-se e ganhou força e as revisões a cada cinco anos são imprescindíveis.

Deve haver um esforço suplementar, informou o palestrante, pois subsídios e taxação do carbono dependem de medidas nacionais, e, para superar isso, há a ideia de compatibilizar a instituição de um valor social e econômico – com um foco positivo, e não como taxação – vinculado a ações prévias e antecipadas de compromissos ou metas para redução de emissões. O objetivo principal seria, em vez de promover precificação e respectiva taxação, direcionar investimentos que viabilizem bens, serviços, infraestruturas e outras ações que reforcem uma economia de baixo carbono.

Pelo fato de os governos não terem recursos suficientes, tampouco a iniciativa privada, para investimentos voltados à economia de baixo carbono e ao alcance das metas, há que se voltar ao dinheiro que circula

no sistema financeiro internacional, e que não converge para o sistema produtivo.

Segundo Sirkis, esse mecanismo encontra-se nos primórdios, mas está presente no rascunho do acordo, ao reconhecer o valor social, econômico e ambiental das atividades de mitigação.

No fechamento da reunião após perguntas de ouvintes, o Presidente da CMMC informou que a “A atuação da CMMC está focada no sentido de privilegiar a ampliação das energias renováveis na nossa matriz energética; principalmente, a eólica, a solar e a de biomassa”.

2.6. O NOVO ACORDO E SEUS PONTOS POSITIVOS

A COP-21 teve seu ápice na aprovação pelas Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de um acordo histórico contra o aquecimento global, após 21 anos de negociações e avanços, muitas vezes tímidos, desde a celebração da Convenção-Quadro.

O Acordo de Paris³, que vigorará a partir de 2020, envolve, pela primeira vez desde o início das negociações sobre enfrentamento da alteração climática, todos os países em um esforço conjunto para ações de

³ Apenas as versões em inglês e árabe do Acordo estão disponíveis nesta data, em:
http://unfccc.int/documentation/documents/advanced_search/items/6911.php?preref=600008831
(Acesso em 15/12/2015)

mitigação e de adaptação contra o aquecimento global. Destacamos a seguir os principais aspectos do Acordo.

O ponto central, que valerá a partir de 2020, é a obrigação de que **todas as nações – e não só os países desenvolvidos, como ficou estabelecido no Protocolo de Quioto, de 1997 – participarão**, ou seja, todas as Partes que ratificaram a Convenção-Quadro realizarão esforços nesse sentido.

O objetivo de longo prazo é manter "muito abaixo de 2° C" o aquecimento do Planeta, de modo a evitar efeitos climáticos de difícil reversão, como elevação do nível dos mares, predominância de eventos climáticos extremos e impactos negativos sobre a segurança alimentar. O texto faz referência à limitação do aumento da temperatura a 1,5° C acima dos níveis registrados antes da Revolução Industrial. Essa conquista ambiciosa foi fruto da ação conjunta dos países insulares, condenados a desaparecer caso confirmados os cenários mais extremos de aumento do nível do mar resultante de um aquecimento de 2° C.

Todas as Partes, conforme suas iNDCs, deverão adotar e comunicar esforços ambiciosos para evitar o aumento acima de 2° C.

O Acordo também estabeleceu a revisão de seus dispositivos a cada cinco anos, de modo a monitorar o cumprimento dessa meta de elevação de temperatura e a conferir transparência às ações propostas por cada país.

A instituição de um mecanismo de perdas e danos para países mais vulneráveis, quanto a impactos que não podem mais ser revertidos.

Sobre financiamento climático para o sucesso do Acordo, os países desenvolvidos financiarão pelo menos US\$ 100 bilhões por ano em medidas de combate à mudança do clima e adaptação em países em desenvolvimento até 2025 e, a partir desse ano, haverá maiores aportes.

Em função de que um acordo com metas obrigatórias de redução de emissões dificilmente seria aprovado pelo Senado americano, o Acordo de Paris não explicita metas de redução de emissões para as Partes, que deverão adotar ações voluntárias com base nas iNDCs apresentadas, considerando as possibilidades socioeconômicas de cada país em realizar esforços nesse sentido.

O Brasil protagonizou as discussões, principalmente mediando negociações entre os países em desenvolvimento mais resistentes a alguns dispositivos do Acordo, como Índia e China. Nas palavras da Ministra Izabella Teixeira, uma das principais responsáveis por essas negociações, o tratado “reflete todas as posições que o governo brasileiro defendeu. Trata da visão balanceada de mitigação e adaptação. Traz a questão da transparência do sistema único, garantidos os meios para que os países em desenvolvimento possam desenvolver seus sistemas, assegurando a soberania nacional, mas também contando com a apoio para a implementação”.

Em suma, segundo a ONU, o Acordo de Paris cobre todas as áreas cruciais para enfrentar a mudança climática:

- Mitigação: reduzir emissões de forma rápida o suficiente para alcançar a meta de temperatura global;
- Um sistema de transparência e de monitoramento das ações climáticas;
- Adaptação: fortalecer a habilidade dos países em lidar com os impactos climáticos;
- Perdas e danos: reforçar a habilidade de recuperação de impactos climáticos;
- Apoio, inclusive financeiro, para que as nações construam futuros limpos e resilientes.

2.7. REGISTRO FOTOGRÁFICO





Evento GLOBE, Assembleia Nacional Francesa (4.12.2015)



Evento GLOBE, Assembleia Nacional Francesa (4.12.2015), com Ministro do STJ Antonio Herman Benjamin



Evento GLOBE, Assembleia Nacional Francesa (5.12.2015), com Presidente da Assembleia Nacional Francesa, Claude Bartolome.



Reunião Parlamentares da CMMC e Embaixador Sr. Paulo de Campos, na Embaixada do Brasil em Paris (8.12.2015)



Reunião sobre o tema Energia Nuclear, com Sr. Mario Pain, Diretor Adjunto de Energia da Diretoria Geral de Energia e Clima do Ministério de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Energia da França (8.12.2015)



Evento “Experiência da Inclusão Social dos Catadores no Brasil”, realizado na Embaixada do Brasil em Paris (9.12.2015)



Parlamentares na COP 21 (07.12.2015)



Parlamentares na Sala do Brasil na COP 21 com Ministra de Meio Ambiente, Izabella Teixeira (09.12.2015)



Reunião entre parlamentares do Parlamento Europeu e CMMC, na Sala do Parlamento Europeu (09.12.2015)



Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (10.11.2015)



Reunião entre parlamentares da Alemanha e CMMC, na Sala da Delegação Alemã (11.12.2015)



Reunião CMMC, com palestra do Sr. Alfredo Sirkis (11.12.2015)

2.7 CONCLUSÕES

A participação dos membros da CMMC na COP 21 resulta em um comprometimento em assegurar consistência na legislação nacional sobre mudanças climáticas, debater e conscientizar os parlamentares a respeito da importância deste tema em um contexto de transição para uma economia de baixo carbono, bem como assegurar a implementação da iNDC brasileira.

Além disso, há um comprometimento em acompanhar e agilizar a tramitação e enfatizar a importância da aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PL) nº 3308, de 2015, de autoria do Deputado Sarney Filho e do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 750, de 2015, de autoria do Senador Jorge Viana, que acrescentam as metas brasileiras de redução de emissões para os períodos posteriores a 2020.

Ainda, a participação dos parlamentares na COP corroborou a opção de a CMMC focar seus debates no sentido de privilegiar a ampliação das energias renováveis na nossa matriz energética; principalmente, a eólica, a solar e a de biomassa, eis que a transição de uma matriz energética baseada em combustíveis fósseis ou no carvão para uma matriz limpa demanda políticas públicas, incentivos, legislação e investimentos.

A CMMC tem, portanto, papel crucial para garantir que o Brasil cumpra sua parte no Acordo de Paris.

Parlamentares:

Senador Fernando Bezerra Coelho (Presidente)

Deputado José Sarney Filho (Vice-Presidente)

Deputado Sergio Sousa (Relator)

Senador Donizeti Nogueira

Senador Jorge Viana

Senador Roberto Rocha

Senadora Vanessa Grazziotin

Deputado Daniel Vilela

Deputado Eros Biondini

Deputado Ricardo Tripoli

